

CPI para apurar criação de 'Estado Ianomani'

BRASÍLIA — Os Deputados Gérson Peres (PDS-PA) e José Carlos Sabóia (PMDB-MA) irão pedir a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar denúncias, publicadas pelo jornal "O Estado de São Paulo" no último domingo. Segundo o jornal está em marcha uma conspiração, patrocinada pelo Conselho Mundial de Igrejas e pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), para que seja criado um "Estado Ianomani" que afetaria a soberania brasileira sobre o território daquela nação indígena na região Norte do País. A soberania do Brasil seria afetada pela encampação, pela Constituinte, da sugestão enviada pela entidade Juventude Cristã.

Preocupado com a denúncia, o deputado Ivo Lech (PMDB-RS), Presidente da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias pretende convocar uma reunião extraordinária dos membros da mesma para discutir o assunto. Ele disse estranhar que a polémica não tenha acontecido quando a Subcomissão aprovou que somente com a autorização do Congresso e das populações indígenas poderia haver a exploração do subsolo. Para ele, "o reconhecimento pela Constituição da existência das nações indígenas em nenhum momento coloca em risco a soberania brasileira".

Por sua vez, o Deputado José Carlos Sabóia quer ter a certeza de que são verdadeiros os documentos apresentados pelo jornal para fundamentar a denúncia. Sabóia citou um documento do Conselho de Segurança Nacional de 1979 atestando que "as denúncias contra as missões indígenas de comprometimento da Segurança Nacional, particularmente quanto a recursos mineralógicos, não se confirmaram".

O documento apresentado por Sabóia é assinado por representantes do Conselho de Segurança Nacional, do Serviço Nacional de Informações, da Força Aérea Brasileira, Funai e por integrantes da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Interior.

Para o constituinte, a proposta aprovada pela Subcomissão em nada afeta a soberania nacional, "mas sim, os interesses das empresas nacionais e multinacionais de mineração". Da mesma forma, ele explicou que o controle do Estado sob a política de mineração fica assegurado, pois a proposta garante à União a propriedade do solo e subsolo indígena.

Uma alta fonte do Exército disse ontem que a Força "acompanha com interesse" a evolução das denúncias publicadas pelo jornal "O Estado de São Paulo".

— As denúncias são bastantes sérias e, de acordo com a repor-

tagem, acompanhada de farta documentação. Esperamos ansiosos a publicação destes documentos — afirmou o militar, acrescentando, porém, que o Exército sobre o caso. "Não cabe ao Exército pronunciar-se sobre este problema".

Na matéria, "O Estado de São Paulo" afirma que estaria nos objetivos do Cimi "impedir a presença militar, inclusive quartéis e pistas de pouso nas fronteiras onde vivessem nações indígenas". Este é precisamente a essência do Projeto Calha Norte, com o qual o Exército espera ocupar toda a Amazônia.

Somente hoje, o Ministério do Interior definirá que providências irá tomar diante das denúncias de "O Estado de São Paulo", informou ontem a assessoria de Comunicação Social do Ministério. Segundo a assessoria, o novo Ministro, João Alves, irá se inteirar hoje das denúncias, pois assumiu o cargo apenas ontem, no final da tarde.

O Secretário de Imprensa da Presidência da República, Frota Netto, disse ontem que o Palácio do Planalto não vai, por enquanto, tomar posição contra as denúncias do jornal paulista. De acordo com Frota Netto, como o jornal já anunciou que a reportagem de domingo faz parte de uma série, o Governo vai esperar toda a documentação para se pronunciar a respeito.

Itamaraty não conhece o assunto

BRASÍLIA — O Itamaraty não quis comentar a denúncia publicada domingo pelo jornal "O Estado de São Paulo" segundo a qual uma organização católica da Áustria deseja limitar a soberania do País, através de uma emenda popular à Constituinte. Segundo o Porta-Voz da chancelaria, Ministro Ruy Nogueira, o Itamaraty "não tem conhecimento oficial das alegações constantes na matéria e, portanto, não tem nenhum comentário a fazer no momento".

O Embaixador da Áustria, Nikolaus Horn, também disse que só tomou conhecimento do assunto pelos jornalistas, mas confirmou ter recebido recentemente, na embaixada, um grupo de jovens católicos de seu país.

— Mas nosso Governo nada tem a ver com a iniciativa, não queremos influenciar a Constituição brasileira — afirmou.

Segundo o diplomata, como o documento não é oficial, não cabe ao governo austríaco fiscalizar ou censurá-lo, pois é uma iniciativa de organizações independentes. Nikolaus disse que a atitude dos jovens católicos não é ingerência interna, pois considera como tal apenas quando é "de Governo para Governo". Ele não quis comentar a situação dos índios brasileiros.

Quércia não vai revelar relação de supersalários

SÃO PAULO — Ainda não será desta vez que os "marajás" de São Paulo serão conhecidos. O Governador Orestes Quércia respondeu, ontem, negativamente, ao desafio do Promotor público aposentado Hélio Bicudo (membro da direção executiva nacional do Partido dos Trabalhadores), para que divulgasse a lista dos funcionários estaduais que recebem altos salários.

Ao ser questionado sobre o desafio de Bicudo, que recebe atualmente CZ\$ 463 mil por mês, mas não aceita ser chamado de "marajá", por entender que os que ganham supersalários recebem de quatro a cinco vezes mais que ele, Quércia foi taxativo:

— Agora é que não vai sair lista nenhuma.

Ao ser informado que o desafio fora feito também pelo Secretário Geral da comissão executiva estadual do PT, Deputado José Dirceu, o Governador acrescentou:

— Agora vai complicar ainda mais. Segundo José Dirceu, Quércia está usando a questão dos "marajás" para fazer luta política contra seus adversários. O Deputado petista recordou que a relação dos funcionários com supersalários está sendo solicitada também pela bancada peemedebista na Assembleia. Ele fez questão de defender Bicudo:

— Ele chegou a isso sem fazer uso dos artifícios da lei. O fato é que o Governador Quércia não está tomando medidas contra os "marajás" e, no mínimo, acha que é rei e São Paulo uma monarquia, não tendo de prestar contas à população — afirmou José Dirceu.

Sem biombo

FUTURO candidato a Prefeito de São Paulo pelo PT, o promotor público aposentado Hélio Bicudo redefiniu a expressão marajá — são, diz ele, funcionários corruptos.

ENTENDE-SE: na acepção mais conhecida, marajá é o servidor com vencimentos exorbitantes, beneficiado pela generosidade das leis ou da jurisprudência. Como está na casa dos CZ\$ 400 mil, Bicudo teme ser acusado de potentado do serviço público na campanha eleitoral do ano que vem.

ELE arma sua defesa preventiva também por outro lado: exige do Governador Orestes Quércia uma lista de todos os funcionários com vencimentos acima de CZ\$ 140 mil.

NO CASO, o interesse político coincide com o interesse público. O Governador fará bem em preparar a relação — até mesmo como subsídio para uma reforma administrativa — e em divulgá-la.

OS marajás como Bicudo podem ter ou não amparo legal para o dinheiro que ganham. Mas certamente não merecem o biombo do anonimato.

D. Luciano nega qualquer participação do Cimi

BRASÍLIA — A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou ontem nota, assinada pelo seu Presidente, Dom Luciano Mendes de Almeida, na qual responde às acusações feitas ao Conselho Indigenista Missionário (Cimi) em matéria publicada pelo jornal "O Estado de São Paulo", domingo passado. A matéria aponta o Cimi como integrante de um movimento internacional de "conspiração contra o Brasil", que partiria da defesa da soberania restrita sobre as terras indígenas e da não exploração das riquezas minerais da Amazônia.

A nota manifesta "veemente repúdio" às afirmações do jornal paulista, que "visam claramente varrer da futura Constituição a garantia dos direitos indígenas". Ao divulgá-la, o Subsecretário Geral da CNBB, Celso Pedro da Silva, considerou uma "coincidência" a matéria ser publicada às vésperas da entrega das emendas populares — incluindo a do

Cimi — à Constituinte. "O jornal, ou alguém usando o jornal, quer confundir os constituintes", acredita ele. Ontem mesmo, o Cônego encaminhou cópias da nota aos 559 constituintes.

De acordo com a matéria, o Cimi representa no Brasil o Conselho Mundial das Igrejas Cristãs (formado por igrejas evangélicas), que teria elaborado o documento "Diretriz Brasil n° 4", onde se declara a Amazônia como patrimônio da humanidade. O Cimi defenderia o conceito da soberania restrita junto à Constituinte e possuiria um arquivo secreto.

A CNBB responde a todas estas informações. Nega que o Cimi tenha alguma vinculação com o Conselho Mundial de Igrejas (a Igreja Católica tem, através da Santa Sé, apenas um observador no Conselho), que ele possua um arquivo secreto e afirma desconhecer o documento "Diretriz

Brasil n° 4". A CNBB nega também que a Igreja tenha assinado um documento, que teria sido aprovado em uma reunião em Barbados, no Caribe. Segundo a entidade, o único brasileiro que assinou o documento foi o antropólogo Darcy Ribeiro, ex-Vice-Governador do Rio de Janeiro. Além disso, a CNBB nega a existência de uma carta de seu Secretário Executivo, Antônio Brand, reclamando da falta de verbas.

De acordo com a CNBB, o Cimi "nunca postulou" junto à Constituinte o estatuto de soberania restrita para as nações indígenas. A nota da CNBB afirma que o Cimi apóia integralmente o que consta no anteprojeto do Relator Bernardo Cabral a respeito dos direitos indígenas. O Conselho, segundo seu assessor jurídico Júlio Gaiger, vai apresentar uma emenda popular, que já tem mais de 40 mil assinaturas, acrescentando apenas o reconhecimento do

Brasil como um País pluriétnico. Além disso, a emenda terá o papel de contrabalançar qualquer iniciativa que objetive reduzir o que foi aprovado até agora.

Na nota, a CNBB declara que o relacionamento do Cimi com "comunidades cristãs e entidades solidárias de outros países objetiva o fortalecimento da solidariedade humana em torno da defesa da vida das comunidades indígenas, sem nenhum propósito de incentivar ou propiciar ingerências indevidas na condução dos assuntos internos do Brasil".

A CNBB acha importante que o Congresso constate a improcedência das denúncias feitas pelo jornal paulista. A entidade informa, também, que aguardará as outras matérias anunciadas pelo "O Estado de São Paulo" para examiná-las integralmente e "tomar as providências cabíveis, inclusive a nível judicial, se for o caso".